

BOLETIM TÉCNICO DO PPEC

PRÁTICAS PREDATÓRIAS NA PUBLICAÇÃO

Jefferson Mainardes



e020019

Seção: Boas Práticas e Ética

Práticas predatórias na publicação



Foto: CV Lattes

Jefferson Mainardesⁱ

 <http://orcid.org/0000-0003-0401-8112>

Resumo: O texto discute a problemática das práticas predatórias na publicação, notadamente por periódicos e editoras. Apresenta as principais características dos periódicos predatórios e das editoras predatórias, questões éticas envolvidas e o tratamento que tem sido dado às publicações predatórias nas avaliações oficiais.

Palavras-chave: Práticas predatórias. Publicação científica. Ética.

1 – Definição

Práticas predatórias são aquelas que causam a destruição e o desvirtuamento do processo de publicação científica. Tais práticas são empregadas por periódicos e editoras que, com a finalidade de obter lucro, oferecem serviços de publicação rápida de artigos e livros. Para garantir a publicação rápida, as práticas predatórias dispensam a avaliação por pares ou a realizam sem o cumprimento dos padrões cientificamente aceitos. No caso de periódicos, há a cobrança de taxas para publicação (*Article Processing Charges - APC*).

É importante destacar que há revistas convencionais, não predatórias, que cobram taxas ou solicitam a colaboração dos autores para o pagamento de revisão e editoração de artigos. Tais revistas explicitam, de antemão, que o autor necessita efetuar pagamento de anuidade ou de filiação (no caso de algumas associações e entidades científicas) ou o pagamento de alguma taxa para cobrir custos (ou parte dos custos) da publicação. Tais revistas seguem os padrões convencionais de avaliação por pares e, portanto, garantem um padrão aceitável de qualidade e de rigor científico.

2 – Algumas características dos periódicos predatórios

- A maioria dos periódicos considerados potencialmente predatórios estão sediados em outros países e publicam artigos apenas em Língua Inglesa (acesso aberto). Algumas revistas mais recentes (brasileiras), possuem título em inglês, mas publicam artigos em Português.
- Muitas das revistas potencialmente predatórias são publicadas sob a responsabilidade de uma editora que possui uma plataforma com revistas de diferentes áreas.
- Realizam um processo massivo de divulgação (assédio), enviando e-mails aos potenciais autores.
- As revistas potencialmente predatórias normalmente explicitam, em seu *website*, os valores das taxas (APC), com os valores em dólares. Nos contatos via *e-mail*, informam o tempo de publicação após o pagamento da taxa. As revistas predatórias brasileiras não explicitam a cobrança de taxas no *website*, mas informam o valor nos contatos via *e-mail*.
- As revista predatórias (ou potencialmente predatórias) geralmente publicam um número elevado de artigos no ano. Algumas publicam artigos diariamente, em fluxo contínuo. Por exemplo: uma revista com características predatórias, em um mês, publicou 30 artigos.
- Os editores responsáveis (*editors-in-chief*), geralmente, não são pesquisadores reconhecidos na área. Mais recentemente, as editoras ou revistas potencialmente predatórias, têm convidados pesquisadores para atuarem como editores convidados. Nesse caso, oferecem a publicação gratuita do artigo do editor convidado. É uma estratégia para conseguir mais autores e, talvez, artigos mais qualificados.
- É comum localizar artigos com três, quatro ou mais autores. É possível que o custo da tradução e o APC estimulem as coautorias.
- Algumas revistas não informam as datas de recebimento e de aceite do artigo. Outras informam as datas e deixam explícito que o intervalo entre submissão e aceite foi curto. Exemplo: *Received March 04, 2015; Revised March 11, 2015; Accepted March 26, 2015*. O tempo curto não é, por ele mesmo, uma evidência de que não houve avaliação. É raro encontrar revistas predatórias que publicam a lista de avaliadores *ad hoc*, como normalmente ocorre com as revistas científicas brasileiras.
- De modo geral, não há menção ao uso de sistema de controle de plágio.

3 – Algumas características de editoras de livros potencialmente predatórias

As editoras de livros, consideradas potencialmente predatórias, seguem as mesmas estratégias das revistas. Um dos problemas das editoras de livros com características predatórias é a ausência de avaliação criteriosa dos textos a serem publicados em formato de livro. Muitos dos *e-books* e livros impressos publicados poderão ter baixo impacto na comunidade acadêmico-científica. Tem crescido o número de coletâneas, organizadas em torno de um eixo temático, com capítulos de diferentes autores. Como o pagamento da publicação de capítulos é mais acessível que a publicação de livro completo, muitos autores aceitam participar. Há também o caso de Teses e Dissertações já disponibilizadas na internet que são publicadas em formato de livro. Em alguns casos, não é feita a devida menção de que se trata de uma Tese ou Dissertação.

A publicação de livros é uma atividade editorial de alta relevância. As práticas predatórias contribuem para uma certa banalização da publicação em formato de livro.

4 – Questões éticas

O tema de revistas e editoras predatórias traz diversos dilemas éticos. Em primeiro lugar, é contraproducente e pouco ético indicar revistas e editoras como predatórias, sem que se tenham evidências concretas. Após a análise de um conjunto de evidências, pode-se afirmar que são potencialmente predatórias. Em segundo lugar, revistas e editoras predatórias inflacionam o currículo de pesquisadores, os quais obtiveram publicações de modo mais facilitado, pelo pagamento dos serviços de publicação. No entanto, aqueles que se utilizam dos serviços também contribuem para a existência das práticas predatórias.

5 – Publicações predatórias e avaliações oficiais

Desde 2013, diversas notícias de jornais e blogs (e.g. TUFFANI, s.d) indicavam que revistas consideradas predatórias haviam sido incluídas no Qualis da Capes. Nas avaliações subsequentes (2019), os documentos e relatórios da avaliação de periódicos (Qualis – Capes) já explicitam estratégias utilizadas pelas Áreas de Avaliação para coibir as práticas predatórias¹. Como resultado, revistas de diversas áreas, consideradas predatórias, foram classificadas em estratos baixos ou mesmo não classificadas.

A avaliação de periódicos é uma tarefa altamente complexa e a necessidade de identificação de práticas predatórias torna o processo ainda mais complexo. Para a

¹ Ver, por exemplo, os relatórios do Qualis periódicos - 2019 (CAPES, 2019a, 2019b, 2019c).

identificação de práticas predatórias faz-se necessário considerar um conjunto de evidências, tais como: a explicitação de APC; tempo entre submissão, aceite e publicação quando indicado nos artigos; número de artigos publicados; qualificação do editor e dos membros do Conselho Editorial; publicação da lista de pareceristas *ad hoc*; qualidade dos artigos e da revisão textual, entre outros aspectos.

No contexto brasileiro atual, é importante debater o problema das revistas e das editoras predatórias e dos dilemas éticos envolvidos nesse processo, bem como esclarecer os pesquisadores a respeito da problemática. Ao lado disto, é essencial lutar pela ampliação do financiamento público de revistas (editais de agências de fomento) para que as revistas e editoras que cumprem os requisitos da publicação científica possam ser fortalecidas.

Referências

TUFFANI, M. **Sobe para 235 a lista de ‘predatórios’ na pós-graduação brasileira.** Disponível em: <https://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br/2015/04/03/sobe-para-235-a-lista-de-predatorios-na-pos-graduacao-brasileira/>. Acesso: 19/08/2020.

BRASIL. CAPES. **Relatório do Qualis Periódico – Área 38:** Educação. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Relatorio_qualis_periodicos_referencia_2019/Relatorio_qualis_educacao.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019a.

BRASIL. Capes. **Relatório do Qualis Periódicos – Área 40:** História. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Relatorio_qualis_periodicos_referencia_2019/Relatorio_qualis_historia.pdf. Acesso: 17 ago. 2020b.

BRASIL. CAPES. **Relatório do Qualis Periódico – Área 27:** Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Relatorio_qualis_periodicos_referencia_2019/Relatorio_qualis_Adm.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020c.

Dados sobre o autor

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1988), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995) e Doutor (PhD) pelo UCL - Institute of Education (2004). Realizou Estágio Sênior no Exterior (IoE/UCL) com bolsa da CAPES. É professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado). De 2015 a 2020 foi Honorary Senior Research Associate do UCL/Institute of Education (Londres). Possui Bolsa de Produtividade em Pesquisa - CNPq. Foi co-director da Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa - ReLePe. É editor da Revista Práxis Educativa (UEPG) e da Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa. De 2013 a 2015 foi representante da ANPEd no GT de Ciências Humanas e Sociais da CONEP. Membro do CA-Ed do CNPq (2017-2020). Membro do Comitê de Assessoramento da Fundação Araucária. Desenvolve pesquisas sobre políticas educacionais enfocando, principalmente, epistemologias da política educacional, políticas para o Ensino Fundamental e Ética em Pesquisa.⁴

Submetido em: 03-08-2020

Aceito em: 18-08-2020

Publicado em: 18-08-2020

⁴ Fonte: Lattes - <http://lattes.cnpq.br/1869253922319886>